

Os desafios da gestão municipal na formulação de políticas públicas culturais em Chorozinho/Ce entre 2018 e 2022.

Francisco Fábio Santiago
João Luis Melo Filgueiras

Resumo

O presente trabalho apresenta os desafios da gestão municipal na formulação de políticas públicas culturais na cidade de Chorozinho, que surge da ausência do fortalecimento da política pública cultural no âmbito municipal, identifica as fragilidades na formulação e implementação de políticas públicas no campo da cultura, bem como mapeia ações, projetos e programas que integram a agenda da gestão pública local, avaliando os resultados das ações e impactos das atividades artísticas e culturais. A fundamentação teórica dar-se-á a partir de reflexões e pensamentos dos autores Canclini, Botelho, Callabre e Barbalho, dentre outros que escrevem no campo da gestão de políticas públicas culturais. O processo metodológico deu-se a partir de pesquisa bibliográfica e outra de campo com agentes e técnicos atuantes na área da gestão pública municipal. Espera-se que o presente trabalho possa servir de norteamento para refletir a necessidade de se trabalhar a política cultural com melhores condições em pequenos municípios.

Palavras-chaves: Gestão. Política pública cultural. Desafios e fragilidades.

Introdução.

Este trabalho nasceu da observação empírica sobre as dificuldades encontradas na aplicação de políticas públicas culturais no âmbito do município de Chorozinho/Ce. Busca-se um olhar direcionado para a sustentabilidade institucional da gestão cultural, considerando suas múltiplas dimensões, dentre elas, administrativas, gerenciais, financeiras e organizacionais. Diante dessa perspectiva, estudar-se-á os desafios e fragilidades na formulação do tema, a fim de garantir a continuidade e estabilidade da política pública de cultura local.

É importante compreender qual o protagonismo presente de agentes individuais, coletivos, movimentos e de organizações sociais (OS's) de natureza cultural, que atuam junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no tocante ao processo de formulação de ações. A partir da participação e apresentação de demandas direcionadas ao cotidiano da agenda de atividades artísticas e culturais da Prefeitura é importante elencar alguns questionamentos: a cidade se reconhece com esse potencial cultural? As ações são construídas democraticamente com todos os envolvidos? Quais indicadores sociais são possíveis de serem modificados, a partir da arte e da cultura? Quais instrumentos institucionais de natureza legal promovem a continuidade da política pública cultural local? E, por fim, a política pública cultural é plural?

Reconhece-se que a cultura perpassa por várias áreas de políticas públicas (educação, saúde, assistência, segurança, economia, turismo, esporte, tecnologia). Para aceitar-se esta proposição nota-se que é preciso compreender que ela seja conduzida de forma estratégica, primando por resultados. Segundo Piúba (2018), "Educação sem cultura é só ensino, segurança pública sem cultura é só repressão e assistência social sem cultura é assistencialismo".

Faz-se necessário, partindo de um mapeamento das ações, projetos e programas que integram a agenda da gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho, observar as potencialidades do caminho. Portanto serão analisados os impactos das atividades artísticas e culturais no cenário local, além de diagnosticar e pontuar as fragilidades na continuidade dos percursos das políticas culturais no Município. Parte-se de um levantamento de programas e projetos, identificando aqueles que por algum gargalo não se tornaram agenda contínua da gestão para melhor compreender as fortalezas daqueles que continuaram após suas implementações.

Para melhor assimilar a cronologia temporal e o papel da gestão pública da cultura brasileira é preciso salientar alguns fatos ao longo do percurso. Observou-se para isso os estudos de Barbalho (1999), Botelho (2001) e Rubim (2007), entre outros autores brasileiros que definem a política pública cultural no Brasil como uma tradição baseada em contrastes de gestão, descontinuidades de ações, desconhecimento de tema e falta de profissionalismo técnico em cargos públicos e suas respectivas equipes.

Historicamente muitos passos foram relevantes e importantes no reconhecimento e valorização da política cultural brasileira. Em 1980 é criado o ministério da cultura, em 1966 o Ceará pioneiramente cria a primeira secretaria da cultura do Brasil, e em 2002, Gilberto Gil é nomeado ministro da cultura, o que serviu para impulsionar esta área.

Chorozinho é um município localizado na região metropolitana da grande Fortaleza no estado do Ceará, com uma população de aproximadamente 20.286 habitantes, situado a 64 km da capital do Estado (IBGE, 2021). O turismo religioso é o que se destaca no cenário cultural da cidade, conhecida como a terra do Menino Jesus de Praga.

Chorozinho possui uma grande diversidade cultural nas artes musicais, cênicas, audiovisuais e literárias, mas é carente de uma continuidade de uma gestão cultural eficaz que pudesse promover fortalecimento na elaboração das políticas públicas.

Em 01 de Janeiro de 2009, criou-se no âmbito municipal a Secretaria da Cultura, tornando um órgão com orçamento próprio e independente. Na sequência a cultura foi desvalorizada, passando à condição de Departamento da Secretaria Municipal de Educação.

Em 2017, retoma o posicionamento de Secretaria, e tornou-se um órgão com autonomia na formulação de políticas públicas de cultura.

Para pensar o futuro da gestão cultural, realização de mapeamento cultural, divisão territorial geográfica dos Polos de Cultura, e institucionalização do conselho Municipal de Cultura, foram criados o Fundo Municipal da Cultura, e o Programa de Formação aos Agentes Culturais individuais e Coletivos, e publicados alguns editais públicos de fomento as artes.

O objetivo geral deste artigo é o de identificar os desafios e fragilidades na formulação e implementação de políticas públicas culturais de Chorozinho.

Como objetivos específicos têm-se: analisar as ações, projetos e programas que integram a agenda da gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho; e, avaliar os resultados das ações e impactos das atividades artísticas e culturais no âmbito municipal.

Metodologia

Os percursos metodológicos partiram de uma pesquisa bibliográfica onde se procura determinar alguns conceitos necessários para o desenvolvimento do estudo e assimilar a cronologia temporal e o papel da gestão pública da cultura brasileira.

Após, uma consulta local a Secretaria de Cultura de Chorozinho para obtenção de dados, através de uma escuta oral. Partiu-se então para uma pesquisa, através de questionário realizado em cima das ações ofertadas a população, aplicada e consolidada com os seguintes agentes (4% dos trabalhadores e fazedores de cultura e 5% da equipe técnica da gestão no âmbito municipal).

Na trajetória foram pontuados de forma específica os gráficos com os dados consolidados, para realização de uma análise de base técnica sobre fortalecimento e efetivação da política pública da cultura local.

A relevância desse trabalho dar-se-á no campo municipalista, para que outros municípios possam a partir do resultado, formular políticas públicas culturais, considerando suas características de ordem administrativa, orçamentária, históricas, culturais e de gestão.

Fundamentação teórica

O conceito “políticas públicas culturais” passou a ser estudado há pouco tempo pela academia, onde está incluso dentro da área de políticas públicas. Portanto ainda não atingiu uma compreensão convergente com relação à sua base fundamental teórica. O que se

pode afirmar é que ele abrange uma grande diversidade de situações e está abrigado, claramente dentro de dois grandes pensamentos: cultura e política. Conceitos sobre estes eixos são discutidos de forma categórica por diversos estudiosos.

Para Canclini (2006, p. 65):

as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Isaura Botelho (2001, p. 3) reconhece “duas dimensões da cultura que deveriam ser consideradas alvos das políticas culturais”. A dimensão sociológica, distintamente privilegiada por tais políticas, refere-se ao mercado, à cultura “elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (BOTELHO, 2001). Já a dimensão antropológica, de acordo com a autora (2001) remete à “cultura produzida no cotidiano, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social”.

Esta última perspectiva apresenta-se como o grande desafio para o alcance dos gestores da cultura. Por sua vez, o reconhecimento do caráter público de uma política cultural se instala como mais um dilema na definição deste termo. Para além do aparato institucional do Estado, as políticas culturais podem ser realizadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando em conjunto. Este é, particularmente, um alinhamento exigido pelas novas demandas sociais emergidas das constantes transformações culturais observadas na contemporaneidade.

A transversalidade do campo cultural, apontado por Rubim e Vieira (2006), “perpassa todas as áreas da vida social, tais como economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade, política transnacional. Exige das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura”.

Pensando nas particularidades socioculturais do Brasil, os diversos agentes que interagem no campo cultural possuem muitos desafios na elaboração e na prática de políticas culturais. As desigualdades observadas entre as regiões do país e entre os diferentes grupos sociais são exemplos de indicadores que revelam a necessidade de políticas de acesso a bens culturais, aceitação e convivência com as diferenças; apoio a uma maior pluralidade de manifestações e segmentos sociais e culturais, dentre outras formas de incentivo.

Assim, se a cultura continuar sendo tratada apenas como mais umas das obrigações de Estado ou deixada à mercê das lógicas do mercado, dificilmente esses assuntos refletirão

a estrutura sociocultural brasileira ou, pelo menos, serão amenizados pela articulação de agentes ligados à educação, economia, às artes, os quais pertençam a setores públicos e privados em prol de políticas que acompanhem o caráter transversal da cultura.

No nosso País não temos tradição de realização de estudos de políticas públicas, em especial em áreas como a da cultura. Ao revisitarmos, ainda que superficialmente, as ações do Estado no âmbito da cultura nessas últimas quatro décadas, verificamos uma série de iniciativas na direção da elaboração de linhas de atuação política, que inúmeras vezes foram abandonadas e retomadas com pequenas alterações por governos que se seguiram. Esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos. (CALLABRE, 2005).

De acordo com pensamento do pesquisador Alexandre Barbalho (2001), há várias possibilidades de políticas públicas de cultura. Possibilidades pautadas pelas condições econômicas, políticas, sociais e culturais de cada local específico. Fica difícil, assim, pensar em uma ou várias fórmulas aplicáveis sem discriminação. Se assim fizesse, estaria recorrendo àquele saber instrumental do qual se quer afastar. Daí porque o autor (2001) trata de “uma política cultural” – artigo indefinido e singular – e não de “a política cultural”.

No entanto, o artigo indefinido não significa que algumas coisas não possam ser definidas como ponto de partida. Ao contrário, precisa-se fazer previamente uma análise das conjunturas para se traçar uma política de cultura, qualquer que seja ela. Mas ao mesmo tempo é preciso executar de forma transversal e sustentável, em uma conjuntura de um mundo globalizado, que engloba todas as esferas (federal, estadual e municipal) conectadas em uma mesma rede.

Em um tempo de constantes inovações tecnológicas que facilitam a disponibilização e a democratização das informações, torna-se tarefa inadiável o resgate das ações do governo na área da cultura. Ocorre hoje, em nível mundial, um processo de valorização cada vez maior do papel da cultura nas sociedades.

Importante destacar de acordo como explica Isaura Botelho (2001, p. 5).

embora as dimensões antropológica e sociológica da cultura sejam igualmente importantes, a distinção entre as duas é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental feito em diversos países, “alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação”. Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação dos indivíduos, no cotidiano, a sociabilidade é um dado básico.

A dimensão sociológica, diferente da antropológica, não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: [...] refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso.

A dimensão sociológica refere-se aquelas construções que fazem parte dos sistemas socialmente organizados, do circuito organizado da produção, circulação e consumo daquilo que o senso comum entende por cultura, as linguagens artísticas em sentido estrito.

Para Rubim (2005) a complexidade da gestão cultural deriva da própria cultura ser complexa, ao passo que se lida tanto com pessoas amadoras, como também com artistas profissionais, dos mais diversos segmentos. Torna-se indispensável que “a gestão cultural reconheça a complexidade da cultura” (RUBIM, 2005), sendo este um primeiro aspecto fundamental. É dever do gestor sensibilizar os setores de governo e sociedade, visto que, não há a compreensão da cultura como essencial e sim, secundária. “Nosso dever é fazer com que as pessoas entendam a cultura como central no desenvolvimento. É papel do gestor mostrar as conexões entre cultura e desenvolvimento”, acrescenta Rubim (2005). Sobre as relações entre Cultura e política, o professor fala que política e cultura têm temporalidades distintas. “Os governos querem ter projetos que dentro de quatro anos mostrem efetividade para a população”, fala o autor (2006). É uma temporalidade curta.

Não há como o gestor cultural não ponderar isso. Mas a temporalidade da cultura é longa, o produto deve ser um processo de amadurecimento de um grupo cultural, nossos prazos não são tão curtos.

“É importante que as demandas culturais sejam coletivas, exemplo: uma decisão do campo do audiovisual não deve afetar apenas uma parcela desse campo e sim, o todo. É papel do gestor deslocar essa individualidade para o coletivo”. (RUBIM, 2003).

Ouvir e ter diálogo com todos os setores é papel do gestor cultural.

Outro desafio para um gestor é a relação com outras áreas de gestão e do conhecimento. Relações com outras áreas do governo, para além das culturais É cada vez mais importante buscar a transversalidade nas interações. Se quisermos valorizar a cultura, é necessário saber lidar com setores que parecem distantes da cultura. Podem surgir projetos que sejam de interesse de ambos os setores. É um desafio constante, o gestor deve ter capacidade de ampliar essas relações.

Em suas últimas considerações, Rubim (2006) esclarece que:

umas das primeiras coisas as quais o gestor cultural deve pensar são diretrizes básicas tais como: Para onde eu quero ir? O que deve ser mudado e o que deve ser mantido? O problema das políticas culturais é a abstração. É necessário traduzir essa abstração em algo concreto: como vou fazer isso acontecer?

Tais reflexões que precisam ser acentuadas a cada dia, por gestores públicos que assumem a missão de transformar a trajetória da política pública cultural no seu território.

São inúmeros os desafios atuais para a consolidação, o fortalecimento e continuidade das mesmas. Faz-se necessário a introdução de sistemas de informação, indicadores e metodologias de monitoramento e avaliação capazes de apoiar a gestão e o acompanhamento de políticas. Como também programas e projetos, contribuindo tanto para a identificação de dificuldades que possam afetar o desenvolvimento das ações, quanto para o suprimento de informações para subsidiar a tomada de decisão. Importante trabalhar na verificação do alcance de objetivos, metas e resultados esperados e, enfim, no levantamento de impactos produzidos pela ação pública. Os indicadores, além de proporcionar informações úteis para os processos de execução de políticas e programas nas mais variadas esferas, podem ser também fatores de transparência, ao permitir que agentes envolvidos nas ações, assim como a sociedade em geral, possam conhecer os resultados das ações públicas e exercer o controle social.

No Brasil, de acordo com depoimentos orais de agentes, gestores e pensadores das gestões culturais em diferentes esferas (nacional, estadual e municipal), as ações de cultura mantiveram-se tradicionalmente dispersas por ausência de órgão federal que orquestrasse a política pública cultural na sua dimensão ampla e efetiva. Vale, nesse caso, ressaltar que a desvalorização dos orçamentos destinados à área cultural que é uma realidade visível em nosso País, simboliza o desprestígio e a invisibilidade das políticas públicas para a cultura. Tal fato impacta fortemente na continuidade de programas e projetos das gestões que fazem uma política pública cultural comprometida e exitosa. Outro grave problema que atinge o planejamento das políticas públicas é a falta de continuidade.

Segundo Nogueira (2015) no seu trabalho dissertativo explica que

os mandatos são curtos e os governantes, na maioria dos casos, não pensam em projetos perenes e institucionalizados, que perdurem de forma independente das gestões. Por um lado, o **personalismo, o clientelismo e a fragilidade institucional dos governos locais** poderiam indicar uma tendência à descontinuidade. Por outro lado, em argumentação cara à literatura do desenvolvimento local, a proximidade das iniciativas e de seus líderes com a sociedade civil e a população em geral permitiria um maior controle social, tendendo a favorecer a continuidade de projetos considerados importante.

Afirmando assim, a descontinuidade nas políticas públicas afetam os negócios, investimento e a prosperidade de uma população rica em diversidade que devidamente fomentada pode gerar riqueza, oportunidade.

Talvez utopicamente a redenção possa ser efetuada através da consolidação no Sistema Nacional de Cultura (SNC) que, em nosso país, surge com um papel estruturante e inovador. Ao SNC se estabeleceu uma função de instituir um sistema de políticas públicas culturais em conjunto com a sociedade, a integrar as políticas federais, estaduais e

municipais (MEC, 2005). O diferencial desse projeto estava na exigência da criação de mecanismos que pudessem viabilizar seu funcionamento nos estados e municípios (através de órgão gestor, conselho, plano e fundo de cultura) e possibilitar algum grau de efetividade das políticas culturais, independentemente do governo vigente. Porém, o Sistema Nacional de Cultura ainda não vingou.

Como destaca Barbalho, (1999) procure descobrir o que o esforço de elaboração e implantação do Sistema Nacional de Cultura revela sobre seu movimento através das instituições, discursos e poderes envolvidos. Sua pesquisa partiu do pressuposto de que o SNC não foi aceito consensualmente no interior do Ministério da Cultura, uma vez que os agentes político-culturais disputavam o estabelecimento do papel do governo na cultura e por meio de quais programas e ações ele seria efetivado. Sua primeira hipótese baseia-se no que julgou necessário construir um saber sobre o que seria o “sistema de cultura”; e esse saber implicou em um poder, disposto aos defensores para a implantação do SNC. Outra hipótese que foi a de que a compreensão e a necessidade do Sistema Nacional de Cultura tiveram que ser conquistadas também no âmbito estadual e municipal, junto a agentes e instituições do campo cultural, para estabelecer a hegemonização em torno da proposta.

Grande gestora, professora e estudiosa do assunto, Leitão (2006) afirma que

estamos nos aproximando a passos firmes da construção de um Sistema Nacional de Cultura para o país, onde recursos, competências e programas da União, Estados e Municípios se articularão em nome de um “federalismo cultural,” que garantirá a continuidade de política públicas, independentemente de governos, para todos os brasileiros.

Pesquisa e Resultados

O presente resultado foi obtido a partir de uma pesquisa de campo.

Por ausência de indicadores, fundamentações, reflexões e escritos no campo da gestão de políticas públicas culturais no contexto local (município de Chorozinho), optou-se por um percentual sobre dois indicadores base importantes, os quais são o **indicador 1**: número dos trabalhadores e fazedores de cultura cadastrados no mapa cultural de Chorozinho: **442**, (sítio <https://mapacultural.chorozinho.ce.gov.br/>); e, **indicador 2** : total de funcionários efetivos, comissionados e contratados da secretaria municipal de cultura e turismo de Chorozinho ; **10 funcionários**. Foram entrevistados 4% do total do indicador 1, e 5% do indicador 2. No que se refere aos percentuais escolhidos para cada indicador, eles foram definidos a partir de um estudo preliminar onde foi pesquisado quais dos envolvidos estariam dispostos a participar da pesquisa.

A coleta de dados deu-se a partir do “Google Forms”, uma ferramenta virtual do Google que trabalha com a criação de questionários e pesquisas personalizadas, compilando os resultados em uma planilha, facilitando a análise dos dados, embasando decisões e traçando planos com base fundamentadas em dados. Os Formulários foram enviados aos respectivos entrevistados virtualmente para agentes culturais de diferentes linguagens artísticas e culturais. As perguntas foram formuladas objetivando identificar as fragilidades nos processos de continuidade das políticas públicas culturais no âmbito municipal.

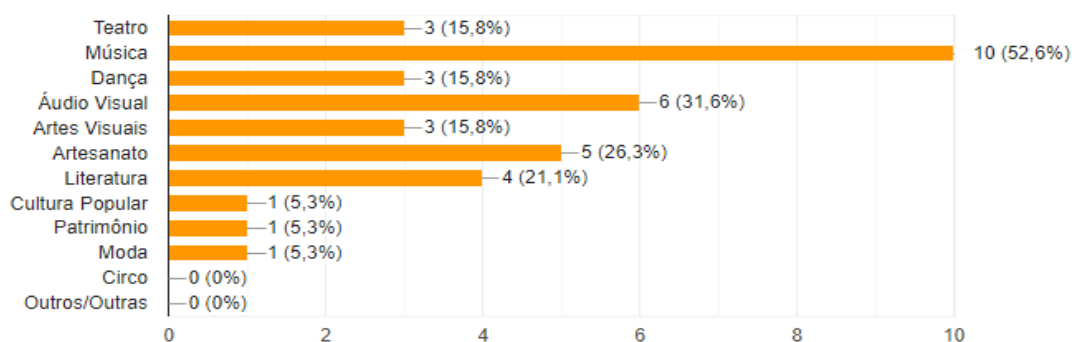
Pesquisou-se trabalhadores e fazedores de cultura cadastrados no mapa cultural de Chorozinho. O gráfico 1 apresenta suas as áreas de atuação.

Gráfico 1 – Linguagem de atuação dos agentes culturais de Chorozinho
(fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022)

Área de Atuação :

 Copiar

19 respostas



Importante destacar que o número 52,6% dos entrevistados integram a área de atuação da música e as menores áreas de atuação com percentual de 5,3% são as áreas de cultura popular, patrimônio e moda.

Gráfico 2 – Quanto tempo os agentes atuam no campo artístico e cultural da sua área.
(fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022)

A quantos anos atua na respectiva produção artística e cultural:

19 respostas

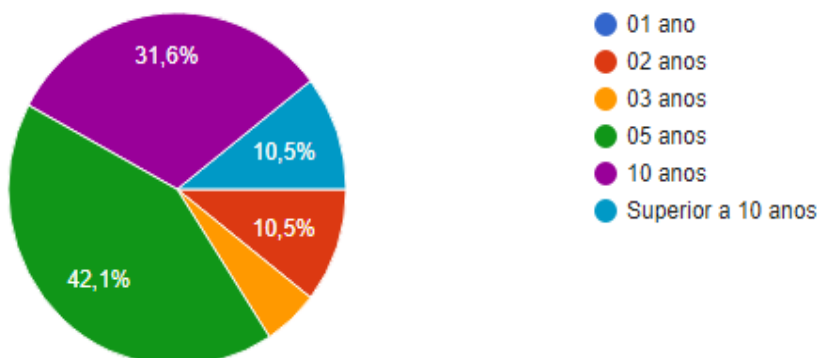
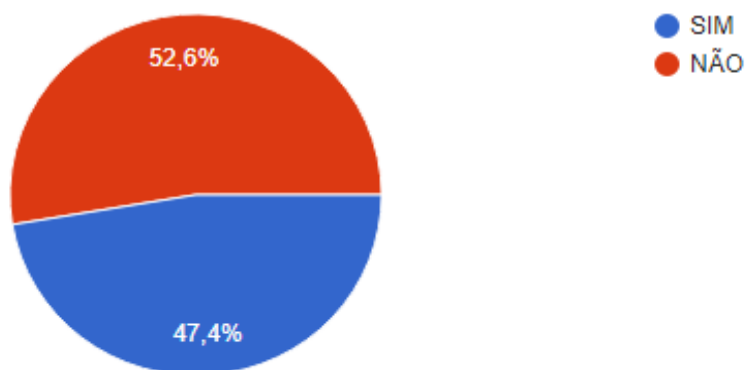


Gráfico 3 – Sua arte é sua principal fonte de renda?. (fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022)

Sua Arte , é sua principal fonte de renda :

19 respostas



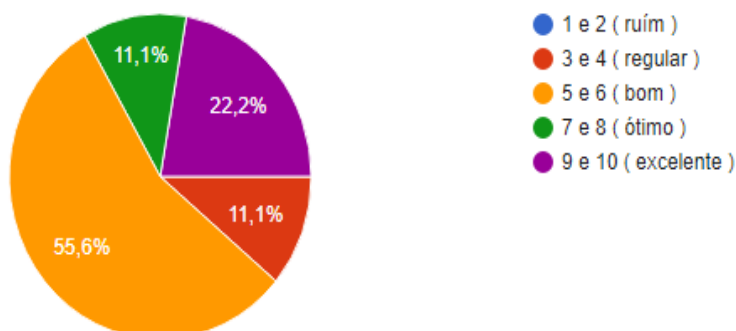
Os gráficos 2 e 3 consideram informações para a definição do tempo de atuação no campo artístico e cultural e a situação da fonte de renda dos entrevistados, se sobrevivem da atividade cultural, ou se possuem outra fonte de renda. No gráfico 2, destaca-se que o maior percentual de tempo de atuação é de agentes culturais com cinco anos de atuação (42,1%) seguido dos que encontram-se com dez anos (37,6%). No 3º lugar os que possuem mais de dez anos e os que possuem dois, 10,5%. Já o gráfico 3 é o que acentua o foco na fonte de renda desses agentes. Uma pequena maioria (52,6%) não tem sua atividade artística e cultural como atividade principal de sua fonte de renda, mas 47,4% a possuem.

Gráfico 4 – Como os agentes culturais avaliam as atividades artísticas e culturais no âmbito Municipal nos anos (2017,2018,2019 e 2020)

(fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022).

Como avalia as atividades artísticas e culturais no âmbito Municipal nos anos (2017,2018,2019 e 2020):

18 respostas

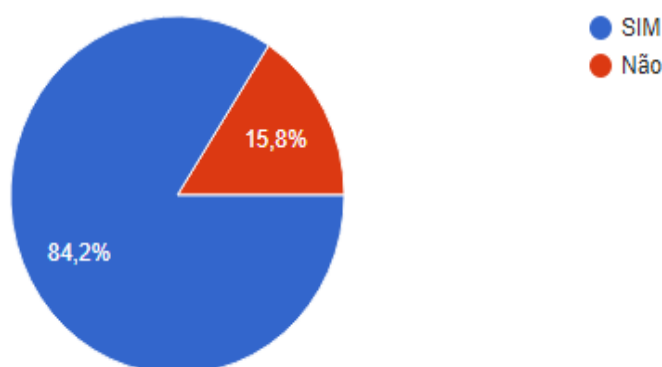


No gráfico 4 é possível avaliar como os agentes culturais se percebem na agenda de atividades, projetos, programas e políticas públicas culturais difundidas através da secretaria municipal da cultura e turismo de Chorozinho.

Na explanação do gráfico identificamos que 55,6% dos entrevistados associam às atividades artísticas e culturais notas de 5 e 6, classificando como bom, assegurando às notas 3 e 4 (regular) o percentual de 11,1%, igualmente aos que acham ótimo (notas 7 e 8). Finalmente 22,2% classificam as atividades com notas entre 9 e 10 (excelente). Isto, no que diz respeito a efetivação de atividades, projetos, programas e ações no âmbito municipal de políticas públicas culturais.

Gráfico 5 – Se os agentes culturais já foram contemplados com projeto/programas e ação Já foi contemplado(a)/Beneficiário(a) com algum projeto/programa da Gestão Cultural no âmbito Municipal :

19 respostas



A seguir, no Gráfico 5, registra qual o percentual onde a ação das políticas públicas impactou através de algum projeto programa ou ação, os agentes culturais no âmbito municipal.

A gestão cultural municipal através das políticas públicas atingiu um percentual de 84,2% de agentes impactados com ações da secretaria Municipal de Cultura e Turismo, considerando assim, que existem 15,8% que ainda precisam acessar ou serem contemplados com algum projeto cultural no contexto local.

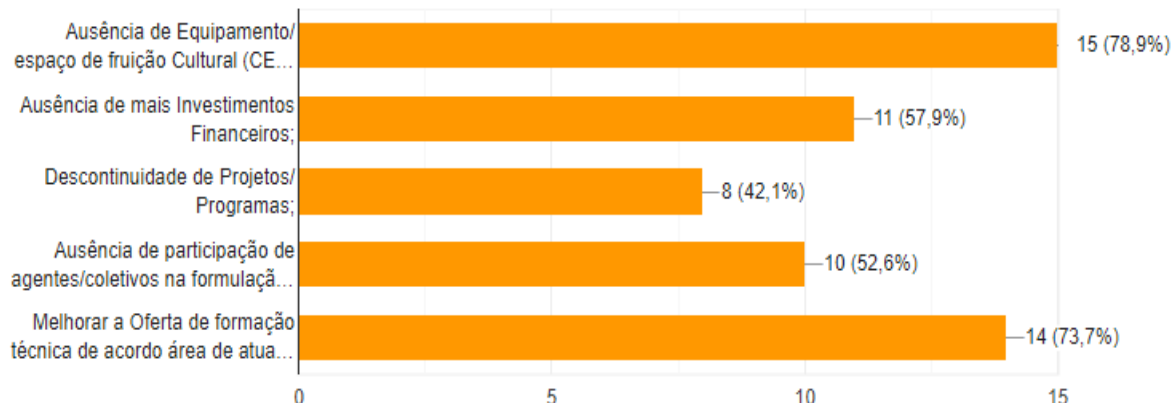
Na busca de fortalecer os desafios das políticas públicas culturais, é que no gráfico 6, solicitamos que cada agente entrevistado identificasse três fragilidades na gestão cultural do Município de Chorozinho a partir do olhar comum dos mesmos.

Gráfico 6 - Fragilidades na gestão de política pública cultural de Chorozinho. (2017,2018,2019 e 2020).(fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022).

Identifique três(03) fragilidades na Gestão pública Cultural da sua cidade:



19 respostas

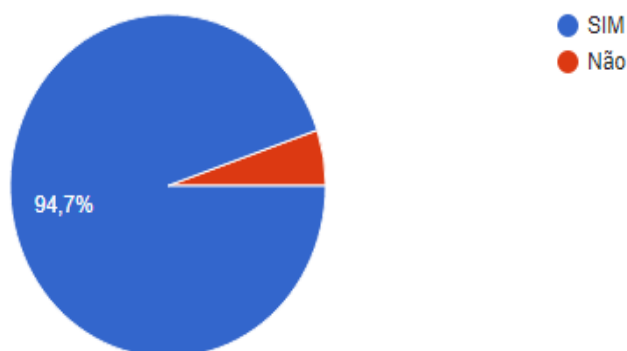


A análise dos resultados mostra que: 78,9% consideram a “ausência de equipamento/espaço de fruição cultural”; 73,7% “melhorar a oferta de formação técnica de acordo com a área que atuam; 57,9% destacam a “ausência de mais investimentos financeiros”; 52,6%, a “ausência de participação de agentes/coletivos na formulação políticas públicas culturais”; e, por fim 42,1% identificam que a “descontinuidade de Projetos/ Programa”, são os principais pontos que fragilizam o processo de gestão de políticas públicas culturais municipais.

GRÁFICO 7 – Se os agentes culturais se sentem parte do processo de implementação de políticas públicas Culturais da Cidade de Chorozinho. (2017,2018,2019 e 2020) (fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022).

Sente-se parte do processo de implementação de políticas Públicas Culturais na nossa cidade:

19 respostas



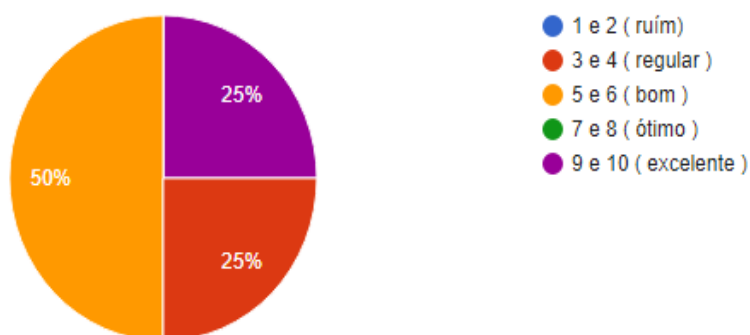
Os questionamentos com o público do indicador 1(número dos trabalhadores e fazedores de cultura cadastrados no mapa cultural de Chorozinho), descreve-se da seguinte

forma: os mesmos sentem-se parte do processo de implementação das políticas públicas culturais locais. Compreende-se a partir do gráfico 7, que 94,7% consideram-se inseridos na implementação das respectivas políticas, e apenas 5,3% ainda se reconhecem a margem dos percursos de implementação das mesmas.

Gráfico 8 – Como a Equipe da gestão Municipal avalia a implementação de políticas públicas Culturais da Cidade no âmbito municipal direcionada a comunidade em geral. (2017,2018,2019 e 2020) (fonte: questionários google forms de 23.08.2022/09.09.2022).

Como Avalia a Implementação das políticas públicas Culturais no âmbito Municipal, direcionada a comunidade em geral:

4 respostas



O público do indicador 2, é formado por 4% do total de funcionários efetivos, comissionados e contratados da secretaria municipal de cultura e turismo de Chorozinho. Os entrevistados apresentam visão interna daqueles que promovem a gestão municipal de políticas públicas culturais, na Secretaria Municipal da Cultura e Turismo local.

Partindo do gráfico 8, como a gestão avalia a implementação das políticas Públicas Culturais no âmbito municipal, 50% avaliam como bom, agregando nota de 5 à 6; 25% avaliam como regular agregando nota de 3 à 4 e outros 25% agregam nota de 9 à 10 avaliando como excelente o processo de implementação das mesmas.

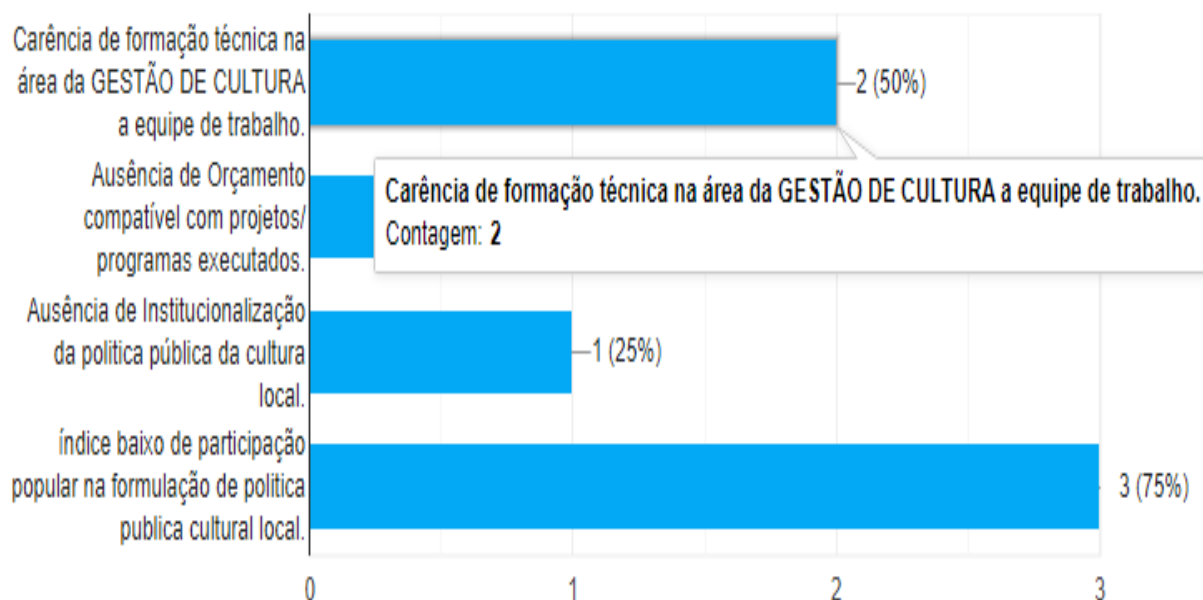
Percebe-se como a equipe técnica que formula, implementa e executa a gestão das políticas públicas culturais, faz um apontamento as fragilidades na efetivação

Gráfico 9 – Como a Equipe técnica da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, julga as fragilidades das ações da Gestão Cultural local (2017,2018,2019 e 2020) (fonte: questionários google forms de 22.08.2022/03.09.2022).

Como parte da Equipe Técnica da Secretaria da Cultura e Turismo , marque o que julga fragilidade na efetivação das ações da Gestão Cultural Local :



4 respostas



No gráfico 9 é possível identificar claramente o que precisa se pensar de apontamento, na correção das fragilidades da Gestão Cultural.

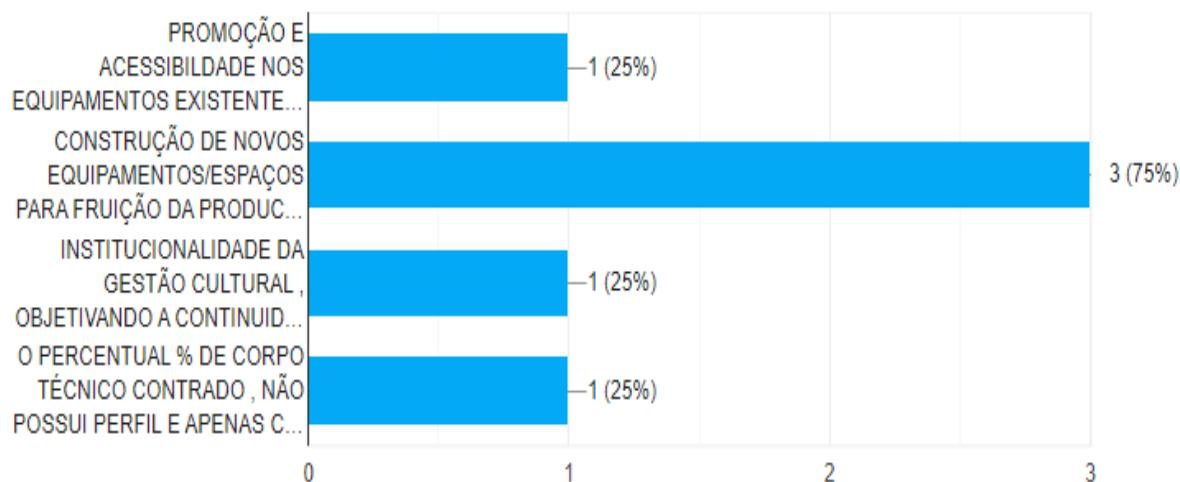
Considerando a trajetória histórica de gestões ao longo dos anos passados, no município de Chorozinho, é possível identificar que o índice baixo de participação social popular na formulação de política pública cultural local ainda se apresenta como maior fragilidade sendo que 75% dos entrevistados apontam-na, enquanto 50% comentam sobre a carência de formação técnica na área da gestão cultural da equipe de trabalho , 25% da ausência de orçamento compatível com projetos/programas executados e 25% da ausência de institucionalização da política pública da cultura local. Os percentuais acima precisam ser considerados e fortalecidos e solucionados a partir de estratégias de planejamento de gestão.

Gráfico 10 – Quais os Desafios da Gestão Cultural Municipal projetada para os próximos anos. (2017,2018,2019 e 2020) (fonte: questionários google forms de 22.08.2022/03.09.2022).

Quais Desafios , vc como técnico da GESTÃO CULTURAL MUNICIPAL , projeta ser realizado para a o próximos anos :



4 respostas



O gráfico 10 trata dos desafios que necessitam ser atravessados. Para isso far-se-á necessário identifica-los. Na preposição seguinte, indagamos aos entrevistados quais desses desafios precisariam ser realizados nos próximos 04 (quatro) anos. O que podemos perceber é que 75% consideram necessárias a construção de novos equipamentos/espacos para fruição cultural como ação primordial; seguido de 25% para a promoção e acessibilidade nos equipamentos existentes e da institucionalização da gestão cultural, objetivando continuidade de Projetos e Programas, bem como 25% também é o percentual que discute o fato do corpo técnico contratado não possuir perfil adequado, pois são contratações apenas de natureza política (prática comum em muitas gestões municipais de cultura).

Considerações Finais

Que o presente levantamento sirva de suporte para identificar as fortalezas e fraquezas nos percursos, e possibilite o fortalecimento das políticas públicas culturais do Município de Chorozinho e outros que possuam características semelhantes.

A pesquisa procura mostrar a importância de gerar a continuidade das ações, partindo da institucionalização de políticas culturais. Para tanto existe a necessidade de difusão das políticas, o que necessariamente, passa pela participação da população.

Importante salientar que é necessário desenvolver ferramentas de avaliação para ações culturais, na busca de compreender os impactos das atividades no âmbito dos municípios.

É mister construir uma perspectiva melhor para todos aqueles que as políticas públicas culturais movem de maneira direta ou indireta. Para isso, impõe-se que a “cidadania cultural” observe suas vocações: afirmar os direitos e deveres dos indivíduos face às suas culturas e às demais; e, determinar os direitos e deveres de uma comunidade cultural que a torne inclusiva dentro do macroambiente em que ela se insira. Necessário que se defina tal situação no intuito de se fomentar a livre expressão de indivíduos e comunidades, garantindo-lhes meios para que estabeleçam metas, elejam valores e definam-se as prioridades.

Acredita-se que os objetivos previstos nesse trabalho foram atingidos, sem esquecer que ainda há muito a se refletir e construir nessa área de pesquisa e reflexão.

Será sempre possível acreditar que é necessário repensar os caminhos, eliminar as fragilidades e vencer os desafios da gestão municipal na formulação de políticas públicas culturais e na continuidade das mesmas.

Destaque-se que esse processo só será legitimado a cada etapa se o exercício e escuta da participação social da comunidade e dos agentes envolvidos possa ser considerado. Assim criar-se-ão ações positivas personificadas em produtos, projetos e programas devolvidos aos pequenos municípios, objetivando melhorar a qualidade de vida, através de formulação de políticas públicas culturais de modo contínuo e desenvolvido a partir da participação dos locais.

Referências

BARBALHO, Alexandre. **Estado nacional, cultura nacional**. Dois momentos paradigmáticos. In: BARREIRA, Irllys, VIEIRA, Sulamita (orgs). *Cultura e política. Tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza, UFC, 1999, p. 77-98.

_____. **Políticas de cultura, políticas de identidade**. *Revista PréTextos para Discussão*. Salvador, VI (11): 55-68, 2001.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001a.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo**. In: CD-Rom dos trabalhos apresentados no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – I ENECULT. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, 14 e 15 de abril de 2005.

CALLABRE, Lia. **Política cultural no Brasil: um histórico**. In: CALABRE, Lia (org.) Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.

CANCLINI, GARCÍA N.; PIEDRAS FERIA, E. **Jóvenes creativos: estrategias y redes culturales**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: 2010** / IBGE: Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. **Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos**. / Cláudia de Sousa Leitão / Fabiano dos Santos (Org.)_Fortaleza: Secult, 2006. 306p (Coleção Nossa Cultura: Sério Documenta).

MINISTÉRIO DA CULTURA (MC). **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. Brasília, MINC, 2005.

NOGUEIRA, F. A. **Consuma outras experiências**. GV Executivo. V. 14. 2015

PIÚBA, Fabiano dos Santos. **Confirmado secretário, Fabiano Piúba define prioridades para Secult**. Jornal do Nordeste/Ce em edição de Entrevista a SOUA, Roberta. em 29.dez.18. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/confirmado-secretario-fabiano-piuba-define-prioridades-para-secult-1.2043694>. Acesso em: 11/abril/23.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade**. In: LEITÃO, Cláudia (org.) Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2003, p. 89 – 104.

_____. **Ditadura, cultura e mídia: o cruel e o persistente**. In: A Tarde Cultural. Salvador, 27 de março de 2004, p.2 e 3. RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Marketing cultural**. In: RUBIM, Linda (org.) Organização e produção da cultura. Salvador, EDUFBA, 2005, p.53-77.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri; VIEIRA, Mariella Pitombo. **Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito iberoamericano**. In: SANTOS, Fabiano dos. 40 anos da Secretaria da Cultura: a história da Secult por seus secretários. Fabiano dos Santos, Mardonio e Silva Guedes. Fortaleza: Secult, 2006, 88p. (Coleção Nossa Cultura, Série Documenta).

SILVA NETA, M. E. ; BANDEIRA, R. T. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará**. 2008. In: Encontro - economia do Ceará em debate, IV, 2008, Fortaleza. Anais... Fortaleza: IPECE, 2008. Disponível em: www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf . Acesso em: 01 Jan 2018.